

Financiamento da pesquisa no Brasil ao longo de dez anos

Financing research in Brazil over ten years

DOI:10.34117/bjdv7n3-032

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 02/03/2021

Pedro Fonseca de Vasconcelos

Mestre

Doutorando do programa de Pós-Graduação de Enfermagem em Saúde, da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Av. José Moreira Sobrinho - Jequiezinho, Jequié - BA
E-mail: pedrobio.vasconcelos@gmail.com

Mauro Fernandes Teles

Mestre

Doutorando do programa de Pós-Graduação de Enfermagem em Saúde, da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
E-mail: maurofteles@hotmail.com

Jamille Amorim Carvalho Paiva

Mestre

Doutoranda do programa de Pós-Graduação de Enfermagem em Saúde, da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
E-mail: jmilleamorim@gmail.com

Alba Benemérita Alves Vilela

Doutora

Docente do programa de Pós-Graduação de Enfermagem em Saúde, da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
E-mail: albavilela@gmail.com

Sérgio Donha Yarid

Doutor

Docente do programa de Pós-Graduação de Enfermagem em Saúde, da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
E-mail: yarid@uesb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa de natureza exploratória e documental abrangeu o tema órgãos de fomento e financiamento da pesquisa no Brasil. Dessa forma, objetivou-se investigar as publicações em teses de doutorado e/ou dissertações de mestrado relacionado à temática destacada, priorizando-se o fator temporal, com publicações encontradas do período 2009-2019. Com isso, procedeu-se a pesquisa exploratória e documental junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando na primeira busca o descritor “Financiamento pesquisa” e na segunda busca o descritor “Fomento à pesquisa” e a análise dos dados, fundamentado na Técnica de Análise de Conteúdo de

Bardin. As publicações que contribuíram para a discussão foram: Mélo⁶; Kato⁷; Sousa⁵; Souza¹¹; Mazon¹³; Machado⁸; Figueiredo¹²; Júnior⁹; Silveira¹⁰; Leão¹⁴. Foi evidenciado o CNPq e a CAPES como as primordiais fontes de financiamento no Brasil e, por vezes, a ausência de articulação das mesmas na alocação dos recursos e incentivo a pesquisa e produtividade acadêmica.

Palavras-chave: Financiamento, órgãos de fomento, pesquisa científica.

ABSTRACT

This exploratory and documentary research investigated the theme of research funding and funding in Brazil. Thus, the objective was to investigate the publications in doctoral theses and / or master dissertations related to the highlighted theme, prioritizing the temporal factor, with publications found from the period 2009-2019. Thus, we proceeded to the exploratory research with the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using in the first search the descriptor “Research Financing” and in the second search the descriptor “Research Promotion” and the data analysis, based on in Bardin's Content Analysis (1997). The publications that contributed to the discussion were: Mélo⁶; Kato⁷; Sousa⁵; Souza¹¹; Mazon¹³; Machado⁸; Figueiredo¹²; Júnior⁹; Silveira¹⁰; Leão¹⁴. CNPq and CAPES were evidenced as the main sources of funding in Brazil and, sometimes, their lack of articulation in the allocation of resources and incentive to research and academic productivity.

Keywords: Financing, fostering organs, scientific research.

1 INTRODUÇÃO

Os resultados aqui discutidos são frutos de uma pesquisa documental e exploratória em teses e dissertações nacionais que tratam sobre o financiamento de pesquisas pelos órgãos de fomento em nosso país. A motivação dessa pesquisa vem de encontro a preocupações relacionadas à temática e sua expressividade e importância nas instituições que se respaldam na pesquisa e produção acadêmica.

Colaborando com as informações para essa discussão, bem como para disponibilizar elementos para investigação acerca do cenário de financiamento da pesquisa no Brasil nos últimos dez anos, respaldou-se no levantamento de dados em teses e dissertações que explicitam em seus temas relações existentes entre pesquisa e órgãos de fomento.

No Brasil, os investimentos públicos em pesquisa estão em torno de 0,61% do PIB, próximo ao percentual (0,69%) dos países que constituem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), compostos por 34 países ditos desenvolvidos, afora Chile, México e Turquia. No ano de 2015, ano em que houve a última atualização dos dados, os investimentos do Governo Federal em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), conceberam 0,574% do PIB¹.

Atualmente, a produtividade científica e o desenvolvimento de pesquisas no Brasil são financiados por entidades de fomento, sendo a concessão de bolsas a primordial forma de amparo direto aos pesquisadores, com destaque para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs).

As pesquisas e seu financiamento são a fonte para produção de artigos e publicações². No entanto, vive-se, atualmente, um momento delicado. O atual cenário caracteriza-se como perverso e restritivo ao nosso desenvolvimento: cortes de bolsas de pesquisas, bem como ineficiência de recursos para as mesmas, com consequências que poderão ser evidenciadas em curto prazo: poucos projetos financiados/escassa produção de artigos/baixa produção na área/reduzido número de projetos financiados, justificando-se, nesse ínterim, a elaboração dessa pesquisa, como forma de incitar maiores produções sobre o tema e pela importância que o mesmo representa no momento atual, de incertezas e retrocessos da produção científica e desenvolvimento de pesquisas.

Tendo em vista o explicitado, essa pesquisa tem por objetivo compreender o financiamento e fomento à pesquisa nos últimos anos no Brasil, priorizando-se o fator temporal, com publicações em teses e/ou dissertações encontradas no período entre 2009 e 2019.

2 METODOLOGIA

Após delimitar o objetivo do estudo, é necessário estabelecer o percurso para atingir-se e responder a esse objetivo, sendo a escolha da abordagem metodológica um elemento de planejamento e de legitimação da pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa possui natureza exploratória, com a finalidade de expandir a compreensão sobre o assunto e investigar a possibilidade de estudos posteriores; e documental, realizada através de documentos (dissertações e teses), contendo dados fidedignos.

O pressuposto que se almeja analisar relaciona-se às publicações referentes ao financiamento e órgãos de fomento à pesquisa no país, disponíveis, designadamente, em teses de doutorado e dissertações de mestrado, visto que tais publicações geralmente provêm de projetos de pesquisa, e financiados por instituições de fomento existentes no Brasil. Segundo Triviños³ (p.109), “os estudos exploratórios possibilitam ao pesquisador ampliar sua experiência acerca de determinada situação problema”.

Com isso, procedeu-se a pesquisa exploratória junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na qual contém um banco de dados nacional de teses e dissertações. O período estabelecido para as publicações foi janeiro de 2009 a julho de 2019. Utilizou-se na primeira busca o descritor “Financiamento pesquisa”, utilizados juntos, encontrando um total de 231 teses e/ou dissertações. Desse total, foram selecionadas 6 (0,39%), com associação direta com o tema. Nos quadros 1 e 2, são evidenciados os resultados, a data em que realizou-se a busca no BDTD, o ano da publicação dissertação/tese, o autor, o título e as palavras-chave.

Em seguida, optou-se pelo descritor “Fomento à pesquisa”, identificando-se 187 teses e/ou dissertação, escolhendo-se 4 (2,14%) destes, com associação mais íntima com o tema.

Após a escolha das publicações e seleção conforme com o assunto, descritos nos Quadros 1 e 2, procedeu-se a fase de análise dos dados, fundamentado na Técnica de Análise de Conteúdo, elaborada por Bardin⁴, que abrange três fases: Pré-análise, quando é feita leitura geral e organização do material, que considerou dissertações e teses sobre financiamento da pesquisa científica no Brasil; Exploração do material, que consiste na separação de pontos importantes, definição de palavras-chaves, síntese de parágrafos para classificar em categorias (iniciais, intermediárias e finais) com o objetivo de possibilitar inferências, dando significado e sentido ao que foi dito pelos entrevistados; e Interpretação, que é a captação dos conteúdos manifestos (declarados) e latentes (ocultos) no material coletado.

Foram realizadas leituras flutuantes das palavras chave e resumo, e posteriormente a elaboração das categorias de análises. Direcionou-se cada produção para as categorias a serem discutidas, assim elencadas: Cenário das produções sobre financiamento da pesquisa no Brasil e Contribuições oferecidas pelos autores.

Quadro 1: Resultados obtidos com o descritor “Financiamento pesquisa”.

Banco de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações				
Descritor: Financiamento pesquisa			Data da busca: 24/08/2019	
Tipo de busca: Básica		Total da busca: 234	Registros selecionados: 6	
Nº	Ano	Autor	Título	Palavras-chave
1	2011	José Renato de Mélo	Projetos de pesquisa financiados: fatores determinantes na gestão de recursos	Pesquisa - Finanças, Pesquisa - Universidade, Agências de fomento, Projetos de Pesquisa
2	2013	Fabíola B. G. Kato	A nova política de financiamento de pesquisas: reforma no estado e o novo papel do CNPq	CNPq, mundialização do capital, reforma do estado, PITCE.
3	2013	Arthur P. Sousa	Crescimento Econômico no Brasil: O Impacto das Restrições ao Financiamento de Pesquisa	Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico, Empreendedorismo, Inovação, Crescimento Endógeno.
4	2016	Marcia Maria Macedo Machado	Gerenciamento de projetos de pesquisa financiados com recursos públicos: concepções docentes	Docentes, Manuais e Guias para a Gestão da Pesquisa, Financiamento da Pesquisa, Gestão de Recursos
5	2017	Vilmar S. Júnior	Financiamento a pesquisa: a vantagem competitiva analisada sob a ótica da visão baseada em recursos	Visão baseada em recursos. Universidade. Vantagem competitiva. Pesquisa acadêmica. Financiamento à pesquisa. Estratégia.
6	2018	Claudete Oliveira Silveira	A gestão da pesquisa em modelos de financiamentos em uma instituição pública de saúde	Financiamento. Pesquisa. Gestão.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2019).

Quadro 2: Resultados obtidos com o descritor “fomento à pesquisa”.

Banco de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações				
Descritor: Fomento à pesquisa			Data da busca: 24/08/2019	
Tipo de busca: Básica		Total da busca: 187	Registros selecionados: 4	
Nº	Ano	Autor	Título	Palavras-chave
7	2013	Maria Bernadete Carvalho Pires de Souza	Difusão científica em agências governamentais de fomento à pesquisa: contribuição para uma estratégia de gestão da difusão para o CNPq.	Gestão do Conhecimento; Comunicação Científica; Divulgação Científica; Difusão Científica.
8	2015	Tania I. Mazon	Fomento público a inovação tecnológica.	Fomento público. Inovação tecnológica. Alianças estratégicas. Projeto de cooperação. Incubadoras. Parques tecnológicos.
9	2016	Helton D. G. de Figueiredo	As concepções a respeito dos modelos CAPES-CNPq-LATTES: o caso da UFPB	Produtivismo acadêmico; campo acadêmico; Modelos CAPES/ CNPq-Lattes
10	2018	Ana Cláudia de Andrade Souza Leão	Barreiras na gestão de programas de fomento à pesquisa em uma instituição de saúde pública	Administração pública, controle de processos, gestão e fomento à pesquisa.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa (2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, e em suas categorias elencadas, serão enfatizadas as produções encontradas, buscando estabelecer as relações existentes acerca da situação do financiamento das pesquisas no Brasil e suas agências de fomento, no período de 2009 a 2019.

3.1 PANORAMA DAS PRODUÇÕES ACERCA DO FINANCIAMENTO E FOMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

Foram evidenciadas 06 produções através do descritor “financiamento pesquisa”, dentre os quais três trabalhos analisaram fatores referentes ao alcance de recursos junto aos órgãos governamentais. A produção nº 3⁵ explicita o impacto das restrições ao financiamento de pesquisa no crescimento econômico do Brasil, tema condizente com o momento em que estamos vivenciando sobre o corte de verbas e bolsas de pesquisas em nosso país. O objetivo foi realizar uma investigação do marco regulatório nacional relacionado à remuneração de pesquisadores no Brasil, examinando-se as restrições evidenciadas e as consequências no progresso econômico em longo prazo. São apresentados modelos econômicos de investigação empírica, com informações de painel, regionalizados, almejando-se aferir as dimensões e possíveis consequências das variáveis que interferem na pesquisa, avanço, inovação e progresso econômico.

Destaca-se que no alcance da qualidade de vida de uma nação, apenas melhorias em infraestrutura e da renda não são suficientes, mas sim qualificação em educação, tanto básica quanto superior, que impulse o Brasil a um ambiente de notoriedade em pesquisa a nível mundial.

O trabalho nº 1⁶ enfatiza os fatores determinantes na gestão de recursos sobre os projetos de pesquisas financiados no Brasil, destacando que um dos mais significativos obstáculos para o financiamento de projetos por agências de fomentos são os recursos para fazer sobreviver a pesquisa, necessitando importar-se acerca dos elementos que os pesquisadores precisam para qualificar os orçamentos dos projetos.

O trabalho nº 2⁷ discute a nova política de financiamento de pesquisas: reforma no estado e o novo papel do CNPq, que consistiu em investigar os fatores que geraram alteração no padrão de financiamento de pesquisas do CNPq, estabelecendo possíveis intercessões entre a política econômica seguida no Brasil a partir da década de 1990 e as alternativas políticas conseguidas no governo FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010) e pontuar as funções que o CNPq desempenha no cenário de pesquisa científica no país.

Após o ano 2000, principalmente entre 2003-2004, houve uma expressiva transformação na política de financiamento público de pesquisas do CNPq, subsidiadas por editais, com características que induziam à pesquisa aplicada e ao avanço em pesquisas tecnológicas e de inovação.

O trabalho n^o 4⁸, analisou o gerenciamento de projetos de pesquisa financiados com recursos públicos na perspectiva dos docentes e concluíram que os mesmos compreendem que, com a mediação das novas consignações da Lei do Marco legal da Ciência, mudanças necessitaram ser instituídas, colaborando na geração de novas práticas dentro das instituições e/ou universidade e, resultando na qualificação dos processos de desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

O trabalho n^o 5⁹, caracterizou por evidenciar a vantagem competitiva investigada sob a ótica da visão baseada em recursos através do financiamento a pesquisa, sendo identificados sete recursos, estando os mesmos agrupados em recursos humanos, organizacionais e físicos, com destaque para a figura do pesquisador (recurso humano), essencial para a promoção de fundos de financiamento de pesquisa; quanto mais qualificado ele for, maior será a vantagem competitiva.

Por último, o trabalho n^o 6¹⁰ apontou a gestão da pesquisa em modelos de financiamentos em uma instituição pública de saúde, objetivando identificar empecilhos na relação dos pesquisadores com alguns elementos que dizem respeito a: equipe, pesquisa, infraestrutura, instituição e financiamento, execução de projetos de pesquisa e interesses corporativos, que possam exercer influência na adoção do tipo de financiamento almejado ou na distribuição do recurso apreendido, decorrente de normas sobrepostas à instituição de execução da pesquisa, com destaque para o fator conhecimento sobre normas e infraestrutura de gestão.

Em seguida, aplicou-se o descritor “fomento à pesquisa”, encontrando 187 dissertações/teses, e selecionando-se quatro, conforme a proposta deste estudo, estabelecendo relação com o fomento à pesquisa no contexto de financiamento por entidades públicas.

O trabalho n^o 7¹¹ e n^o 9¹², apresentam pontos em comum ao enfatizar o órgão de fomento CNPq, com abordagens na contribuição para uma estratégia de gestão da difusão do mesmo e nas concepções sobre os modelos CAPES-CNPq-LATTES. Concluiu-se que, existem críticas incisivas aos modelos de avaliação CAPES/CNPq/Lattes, com dilemas entre os que acatam e não acatam o *produtivismo acadêmico* nele pressuposto e uma convergência a pontuar os resultados insatisfatórios dos padrões de avaliação existentes.

Ambas as produções acreditam que a ascensão de uma inovação institucional na gestão da difusão científica está associada, primordialmente, a determinações político-gerenciais de priorização institucional da difusão e ao papel do Estado.

O trabalho nº 8¹³ enfatizou a importância do fomento público para a inovação tecnológica. Destacou a importância do Estado em estimular o desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológicas preconizadas pelas Constituições Federal de 1988 e Paulista de 1989 e a necessidade urgente do país investir cada vez mais em inovação, tendo como objetivo principal investigar o papel administrativo do fomento e, notadamente, a edificação de ambientes qualificados e cooperativos de inovação, sob a Lei Federal nº 10.973/2004 e da Lei Complementar Paulista nº 1.049/2008.

Com destaque para as dificuldades, obstáculos e barreiras relacionados ao fomento da pesquisa em nosso país, o trabalho nº 10¹⁴ elucidou as barreiras na gestão de programas de fomento à pesquisa em uma instituição de saúde pública, e como sugestões para o enfrentamento dos desafios na gestão de programas de fomento, pontuam-se uma melhor eficiência na gestão destes programas, melhor destino dos recursos públicos, uma relevante disponibilização de dados para decisões acertadas, de forma a aprimorar e qualificar a gestão dos programas de fomento à pesquisa nas instituições públicas.

3.2 CONTRIBUIÇÕES APRESENTADAS PELOS AUTORES

Dos dez trabalhos analisados, três enfatizaram a gestão de recursos, Mélo⁶, Júnior⁹ e Silveira¹⁰. Mélo⁶ foca a pesquisa na universidade, destacando o financiamento de projetos pelas entidades de fomento. Devido à dependência dos recursos externos para o financiamento da pesquisa, torna-se imperioso moldar o destino desses recursos à burocracia existentes e como primordial contribuição, este estudo possibilitou a edificação de um manual prático para a criação, execução e detalhamento de projetos de pesquisa financiados, para utilização dos pesquisadores e quem mais se interesse na gestão de projetos de pesquisa financiados.

Já Júnior⁹ enfatiza que o pesquisador e seu conhecimento é primordial na obtenção do financiamento, conforme a sua habilidade e capacidade, as chances aumentam; a organização do arcabouço de amparo à pesquisa - amparo técnico e operacional ao pesquisador proporcionada pela universidade - permite ao pesquisador se dedicar mais a pesquisa; as relações, seja dos pesquisadores ou das universidades, estendem os caminhos no qual se podem galgar recursos; a credibilidade da universidade e a avaliação da CAPES se articulam, pois a melhor reputação pode relacionar-se à melhor avaliação da

CAPES, permitindo com que os pesquisadores obtenham de forma mais fácil o acesso à fontes de financiamento, gerando algum tipo de vantagem competitiva aos pesquisadores.

Destarte que, Silveira¹⁰ apontou que no Brasil a maioria das agências que fomentam pesquisas transpõe o recurso financeiro para contas bancárias dos entes públicos de execução de pesquisa e assim, os cronogramas das pesquisas sofrem impactos pelo método de gestão destas entidades, em decorrência das normas legais que estabelecem prazos determinados. Além disso, outros fatores exercem influências no valor do financiamento das pesquisas realizadas, tais como: a equipe, pesquisa, infraestrutura, entidades e financiamento, na execução de projetos de pesquisa, interesses corporativos, entre outros.

Com foco no CNPq, e sua nova configuração como entidade orientadora e financiadora de novas políticas, Kato⁷ pontuou que este novo espaço do CNPq foi categoricamente importante para a materialização de um acordo entre universidade – Estado - mercado (capital financeiro), agindo na geração de recursos humanos pelo financiamento das mais diversas modalidades e tipos de bolsas, com inserção de bolsas de pesquisas inseridas nas empresas, acréscimo permanente do seu financiamento para as bolsas de pós-graduação, homologação de editais para fomento a projetos individuais, coletivos ou redes temáticas de amparo científico e tecnológico, disseminação de novos programas que atendam as diretrizes preconizadas, articulado a um novo modelo de financiamento que induziu novas práticas para o avanço da pesquisa e para geração de conhecimento nas universidades, com potenciais hierarquias orçamentárias entre as áreas do conhecimento.

Dois trabalhos fazem alusão às barreiras e restrições ao financiamento da pesquisa em nosso país, descritos por Sousa⁵ e Leão¹⁴. Ambos os autores concordam que o planejamento governamental está articulado a uma necessidade de reformulações das bases, do próprio arcabouço normativo do Estado que atualmente é expressivamente recessivo e desestimulador da produção em pesquisa, causando impactos significativos, equiparados a qualquer conceito de corrupção evidenciado no Brasil hoje, gerando consequências na maioria das vezes, acima da corrupção tão moralmente condenável.

Na década de 90, a palavra inovação passou a ser utilizada incisivamente e ganhou destaque na formulação de políticas públicas e do setor produtivo no Brasil. O trabalho de Mazon¹³ destacou a importância do Fomento público à inovação tecnológica. O avanço no sistema produtivo nacional, o alcance da independência tecnológica e o aprimoramento da capacidade de inclusão do Brasil em mercados potenciais de

conhecimentos, são dependentes, do acréscimo, da força tecnológica e da sua característica inovadora, ou seja, de incluir nos mercados produtos, ou processos novos, ou expressivamente qualificados. O fomento público é primordial para que empresas e universidades promovam inovações tecnológicas, visto que, sem amparo do Estado, há ineficiência de recursos para o empreendedorismo privado que, indiretamente, contribui para o interesse público.

Procurando conhecer as perspectivas dos docentes diante da aprovação de projetos, as relevantes ações de gerenciamento, os obstáculos à gestão e as recomendações para a melhoria deste processo, Machado⁸ encontrou que a adesão de um projeto de pesquisa gera sentimentos de valorização, de prazer e de bem-estar, mesmo que venha abarcado por inquietações pelos pesquisadores, com destaque à burocracia, fator primordial para a aquisição de recursos. Os pesquisadores compreendem que este processo requer planejamento, organização e acompanhamento, necessitando de amparo, com organização em relação aos aparatos burocráticos. Aludem que um evidente desafio é o atraso na liberação dos recursos, impactando o desenvolvimento da pesquisa.

Recomendam a instituição ou qualificação do mecanismo administrativo de amparo ao gerenciamento na Universidade, aquisição de apoio técnico, a delimitação a priori do local de instalação dos equipamentos apreendidos, a elaboração de um banco de fornecedores para dinamizar as pesquisas e ferramentas para maior prestígio ao trabalho do pesquisador.

A CAPES é a entidade de fomento à pesquisa capaz de credenciar e descredenciar os programas de pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Para isso, institucionalizou um Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) que atua por intermédio de dois métodos diferentes referentes à inserção e à permanência dos cursos de mestrado e doutorado. Confere benefício financeiro, tais como bolsas de produtividade, aos docentes/pesquisadores que viabilizam produção científica, conforme critérios legais preconizados pela entidade e pelos seus comitês específicos de assessoramento (CAs).

Assim, com enfoque no produtivismo acadêmico, Figueiredo¹² esclareceu que a reflexão atual sobre as condições de trabalho do professor-pesquisador na Universidade pública tem apontado para um crescimento desse fenômeno, visto que os programas sofrem pressões para serem produtivos e competitivos, visando atender a demanda cominada pelas entidades avaliadoras/financiadoras, para que consigam continuar ativos ou para atingirem avaliações mais significativas. Cortes de verbas em pesquisas e bolsas de estudos, como divulgadas no presente ano de 2019, em todas as áreas em nosso país,

exercerão impacto negativo nas pesquisas em andamento e/ou nas futuras, com consequências significativas na sociedade, meio ambiente, saúde e qualidade de vida.

Por fim e também com foco no CNPq, Souza¹¹ espera que os subsídios para uma estratégia de gestão da difusão científica no CNPq, colaborem não só para o aprimoramento do acesso e utilização de produções científicas e tecnológicas, mas para restaurar a verdadeira função do CNPq, enquanto entidade política norteadora e intercessora de uma política de disseminação científica, com vistas a resgatar o processo de apropriação da ciência pela sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi investigar as publicações em teses de doutorado e/ou dissertações de mestrado relacionado a temático financiamento e órgãos de fomento da pesquisa no Brasil, no período de 2009 a 2019. Foram escolhidos dez trabalhos condizentes com o objetivo da pesquisa, entre os 421 resultados da busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, revelando que menos de 1% das produções abarcaram os temas financiamento e/ou fomento à pesquisa científica, no período em análise e 90% das produções eram dissertações de mestrado.

Os dados indicaram que a maioria dos estudos analisados tratou da gestão dos recursos advindas das entidades de fomento, abordando temas relacionados aos fatores determinantes para a gestão dos recursos, estratégias de gestão da difusão científica com enfoque da entidade de fomento CNPq, caminho burocrático para se alcançar recursos, articulação entre universidades e CAPES e fatores influenciadores no valor do financiamento das pesquisas realizadas, tais como a equipe, pesquisa, infraestrutura, entidades e financiamento, na execução de projetos de pesquisa, interesses corporativos, entre outros.

Outros dados revelaram também o papel do CNPq enquanto entidade de fomento das mais diversas modalidades e tipos de bolsas, com homologações em editais, visando o avanço da pesquisa e produção do conhecimento nas universidades; fomento público as inovações tecnológicas, inseridas na formulação de políticas públicas; perspectivas docentes ao alcançarem financiamento pelas entidades de fomento à pesquisa, com destaque para qualificação e apoio técnico.

Alguns fatores inquietantes: atrasos na liberação de recursos pelas entidades de fomento, recursos ineficientes e mal distribuídos, obstáculos burocráticos, infraestruturas inadequadas, bem como falta de equipamentos, reduzido apoio técnico e operacional,

necessidade de qualificação dos pesquisadores, cortes de verbas para andamento e desenvolvimento de futuras pesquisas, bem como em bolsas para pesquisadores nas diversas modalidades.

Como sugestões, recomenda-se que os programas de pós-graduação abarquem linhas de pesquisa articuladas nessa lógica, visto que os mesmos se responsabilizam por esse tipo de produção científica. Estudos dessa natureza colaboram significativamente para uma produção acadêmica qualificada, servindo de subsídio para novos estudos que permitam uma discussão sobre o conhecimento já produzido.

REFERÊNCIAS

1. Francisco NA, Zucatto LC. Estado da arte das produções referente ao financiamento e fomento da pesquisa científica no Brasil: uma análise a partir do ciclo de políticas públicas. *Práticas de Administração Pública* 2018; 2(1):41-62.
2. Lopes RE, Malfitano APS, Oliver FC, Sfair SC, Medeiros TJ. Pesquisa em terapia ocupacional: apontamentos acerca dos caminhos acadêmicos no cenário nacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo* 2010; 21(3):207-214.
3. Trivinho ANS. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2008.
4. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
5. Sousa AP. *Crescimento Econômico no Brasil: O Impacto das Restrições ao Financiamento de Pesquisa*. Dissertação (Departamento de Economia da Universidade de Brasília), Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2013.
6. Mélo JR de. *Projetos De Pesquisa Financiados: Fatores Determinantes Na Gestão De Recursos*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Londrina, 2011.
7. Kato FBG. *A nova política de financiamento de pesquisas: reforma no estado e no novo papel do CNPq*. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
8. Machado MMM. *Gerenciamento de projetos de pesquisa financiados com recursos públicos: concepções docentes*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.
9. Junior VS. *Financiamento à pesquisa: a vantagem competitiva analisada sob a ótica da visão baseada em recursos*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração), Universidade Regional de Blumenau. 2017.
10. Silveira CO. *A gestão da pesquisa em modelos de financiamentos em uma instituição pública de saúde*. Dissertação (Programa de pós-graduação em pesquisa clínica), Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Porto Alegre, 2018.
11. Souza MBCP. de. *A difusão científica em agências governamentais de fomento à pesquisa: contribuição para uma estratégia de gestão da difusão para o CNPq*. 2013. 161 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
12. Figueiredo HDG de. *As concepções a respeito dos modelos CAPES-CNPq-LATTES: o caso da UFPB*. (Dissertação de Mestrado). 87f. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2016.

13. Mazon TI. *Fomento público à inovação tecnológica*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

14. Leão AC de AS. *Barreiras na gestão de programas de fomento à pesquisa em uma instituição de saúde pública*. Dissertação (Mestrado profissional em administração pública), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2018.